

Banco Paulista S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 30 de junho de 2021



Índice

	Página
Relatório da Administração	3
Declaração da Diretoria	5
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	6
Demonstrações contábeis	11
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 30 de junho de 2021	16

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: apresentamos as Demonstrações Financeiras do Banco Paulista relativas aos semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020, os quais seguem os dispositivos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Resultado, Patrimônio Líquido, Ativos e Recursos Captados: O Banco Paulista no encerrou o exercício com um prejuízo de R\$ 1,28 milhões e o Patrimônio Líquido R\$ 184,9 milhões. Os ativos totalizaram R\$ 1,5 bilhões e estavam formados por R\$ 579,6 milhões de Operações de Crédito e R\$ 457,6 milhões de Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos. Os recursos Captados representam R\$ 1,3 bilhões.

Governança, Gerenciamento de Riscos e Recursos Humanos: O Banco Paulista conta com uma estrutura de Governança baseada em Comitês decisórios, na especialização funcional das Áreas e na segregação de funções.

Circular 3.068/01 – BACEN: O Banco Paulista declara ter capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “Mantidos até o Vencimento”, no montante de R\$ 179,4 milhões, representando apenas 39,2% do total de Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos.

O Banco Paulista vem adotando um conjunto de ações e medidas, que visam à proteção da Instituição, e que já estão contribuindo, efetivamente, para disseminação e promoção de medidas e boas práticas de gestão para a manutenção de um ambiente corporativo íntegro, ético e transparente.

Motivado, principalmente, pela deflagração de nova fase da Operação Lava Jato, em que são investigadas operações de lavagem de dinheiro relacionadas com integrantes do “Setor de Operações Estruturadas” do Grupo Odebrecht, cujos fatos foram divulgados na imprensa, o Banco, após o dia 8.5.2019, realizou importantes movimentos para o aprimoramento e o fortalecimento de sua Governança.

Dentre as ações, o Banco reafirma seu compromisso por um programa de *Compliance* efetivo e estruturado, que passou pela revisão e elaboração de novos mecanismos de controle, tendo sido já implementadas ações como: a) revisão do sistema de Governança, b) criação de um Canal de Ética, c) contratação de consultorias independentes e de novos profissionais para reforçar o Departamento, d) sistema de monitoramento de transações e, e) novos procedimentos internos de obtenção e verificação de informação de clientes, fornecedores e parceiros.

O Banco, diante dos fatos ocorridos e, por iniciativa da Administração, constituiu um Comitê de Investigação composto por membros independentes. Esse Comitê tinha a função de supervisionar a realização da auditoria forense que era conduzida pelo escritório Felsberg Advogados que, juntamente com a Control Risks Brasil, tinham a função de investigar a existência de eventual irregularidade sob os aspectos jurídicos, financeiros, processuais, informativos e tecnológicos.

No dia 26 de março de 2020, o Escritório Felsberg Advogados emitiu um Relatório Final sobre o processo investigativo em que são apresentadas, de forma detalhada, todas as bases e dados coletados para a conclusão da investigação, onde não houve apontamento de novos casos, além daqueles que são de conhecimento público e que foram objetos do auto de infração mencionado na Nota Explicativa 16.a, o que leva à conclusão de que o Banco se deparou com uma questão específica, restringida ao departamento de câmbio estando amparado pela investigação independente e seus assessores jurídicos.

Adicionalmente e de forma concomitante, o Banco iniciou a revisão de sua estrutura organizacional e do seu Estatuto Social com o objetivo de melhor adequação aos procedimentos internos implementados.

O compromisso da Administração do Banco Paulista visa, além de atender plenamente à legislação vigente, posicionar-se entre as empresas que possuem as melhores práticas de transparência, comprometendo-se a repassar ao mercado informações relevantes, tempestivas e fidedignas.

Agradecimentos: A Administração do Banco Paulista agradece aos clientes pela preferência e, acima de tudo, pela confiança e aos colaboradores pelo contínuo empenho e dedicação.

São Paulo, 31 de agosto de 2021

A Administração

DECLARAÇÕES DA DIRETORIA

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Em atendimento à Circular nº 3.068/01 do BACEN, os Diretores declaram terem a intenção de que o BANCO PAULISTA S.A., mantenha até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento”, no montante de R\$ 179.371 mil (R\$ 144.828 mil no segundo semestre de 2020), apresentados na nota explicativa nº 6.

Declaram, também, que a Instituição possui capacidade financeira de manter tais títulos até seus respectivos vencimentos.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os Diretores declaram que revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes, assim como revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da instituição relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2021, autorizando sua emissão em 31 de agosto de 2020.

OUVIDORIA INSTITUCIONAL

A estrutura de Ouvidoria do BANCO PAULISTA está em conformidade com a Resolução CMN nº 4.433/15, onde disponibiliza aos seus clientes os canais de acesso à Ouvidoria e os divulga através de seus correspondentes bancários, internet e materiais de comunicação. A Instituição mantém sua Ouvidoria como instrumento de suma importância no relacionamento com seus clientes e, em estrita observância às normas legais e regulamentares relativas ao direito do consumidor.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

No semestre findo em 30 de junho de 2021, o BANCO PAULISTA não contratou nem teve serviços prestados pela Grant Thornton Auditores Independentes que afetem ou possam afetar a independência necessária à execução do trabalho de auditoria externa das demonstrações financeiras. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

AGRADECIMENTOS

A Administração do Banco Paulista agradece aos clientes pela preferência e, acima de tudo, pela confiança e aos colaboradores pelo contínuo empenho e dedicação.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes

Av. Eng. Luís Carlos Berrini, 105 - 12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP) Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Acionistas e Administradores do
Banco Paulista S.A.
São Paulo – SP

Abstenção de opinião

Fomos contratados para examinar as demonstrações contábeis do Banco Paulista S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Não expressamos uma opinião sobre as demonstrações contábeis do Banco Paulista S.A. Devido à relevância dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para abstenção de opinião” não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações contábeis.

Base para abstenção de opinião

Investigações em curso

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2.c, em 8 de maio de 2019, o Banco foi alvo da 61ª fase da “Operação Lava Jato”, denominada “Disfarces de Mamom”, na qual o Ministério Público Federal (“MPF”) e a Polícia Federal investigam operações de lavagem de dinheiro, através de operações de câmbio, relacionadas com integrantes do “Setor de Operações Estruturadas” do Grupo Odebrecht, que resultou em mandado de busca e apreensão na sede do Banco para apurar eventuais contratos de prestação de serviços irregulares. Esse assunto também fora razão do processo administrativo do Banco Central do Brasil (BACEN) em 2018.

Em virtude disso a atual administração do Banco realizou investigação independente sobre os prestadores de serviços apontados nos processos instaurados pelo BACEN e MPF com o propósito de apurar eventuais descumprimentos de leis e regulamentos por parte de seus ex-administradores e ex-prestadores de serviços relacionados a essa Operação.

A investigação contou com um comitê interno independente que contou com o apoio de uma assessoria jurídica e uma empresa especializada em riscos, cujos resultados estão divulgados na Nota Explicativa nº 2.c. A investigação abrangeu apenas os prestadores de serviços constantes nas investigações conduzidas por autoridades públicas federais, tendo apontado que determinadas despesas de prestação de serviços decorrentes de comissionamento sobre operações de câmbio realizadas pelo Banco não apresentavam evidências apropriadas e suficientes para corroborar as efetivas prestações de serviços, assim como foram identificadas despesas sem a devida formalização em contratos, pagamentos de despesas cujos contratos não estipulavam o racional de remuneração ou percentuais de comissões e ausência de solicitações de compras ou cotações com outros fornecedores, o que resultou em auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil “RFB” no montante de R\$ 55.586 mil, cujo saldo atualizado em 30 de junho de 2021 corresponde a R\$ 24.230 mil, conforme Nota Explicativa nº 16.a.

A RFB concluiu sua fiscalização em 03 de dezembro 2019, lavrando novo auto de infração em decorrência da finalização da fiscalização, tendo como base a glosa da dedutibilidade para fins de imposto de renda, contribuição social sobre o lucro líquido e imposto de renda retido na fonte. Para esse auto, o Banco ingressou com processo de impugnação amparado por sua assessoria jurídica, que avaliou estas glosas com probabilidade de perda remota e possível, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 30.c, e na investigação realizada, que não identificou irregularidades para estas despesas. Conforme Nota Explicativa nº 2.c, em 10 de julho de 2020 a RFB emitiu novo auto de infração, complementar ao segundo, ajustando o auto de infração decorrente da fiscalização concluída em 03 de dezembro de 2019 em função do percentual da multa aplicada, para o qual a assessoria jurídica avalia a probabilidade de perda da mesma forma ao auto original.

Em 10 de setembro de 2020 foi deflagrada a 74ª fase da operação Lava Jato cujos alvos foram operações realizadas com a Petróleo Brasileiro S.A. e a Petrobras Biocombustível S.A. (denominadas em conjunto “Grupo Petrobras”) entre o período de 12 de setembro de 2008 a 18 de março de 2011, realizadas pelo Banco, cujo objeto foi o aprofundamento das investigações sobre possíveis ilícitos praticados em contratos que teriam sido celebrados entre as partes, levando a supostas sobretaxas das mesmas, tendo havido bloqueio de recursos dos executivos envolvidos nestas operações. A administração e sua assessoria jurídica entendem que o bloqueio realizado é suficiente para suportar eventuais cobranças decorrentes de sobretaxas praticadas, caso estas venham a ser comprovadas, sendo desnecessário provisionamento de eventuais contingências. Contudo, não houve posicionamento a respeito de eventuais ressarcimentos que possam ser requeridos pelas empresas envolvidas, do Grupo Petrobras, e se poderia haver eventuais passivos a serem constituídos, não sendo possível fazê-los por meio de procedimentos alternativos de auditoria. Ressaltamos que as investigações independentes realizadas anteriormente pelo Banco não abrangeram a totalidade dos prestadores de serviços e, principalmente, as operações realizadas com as empresas do Grupo Petrobras, não sendo efetuada nova investigação sobre estes assuntos ou eventuais valores envolvidos. Nesse sentido, não nos foi possível concluir quanto a possível instauração de ação de improbidade administrativa contra o Banco e com a consequente ação de indenização, o que poderia ensejar eventuais contingências não reconhecidas nas demonstrações contábeis do Banco de 30 de junho de 2021.

Como consequência, não nos foi possível mensurar eventuais efeitos destas operações apontadas por esta fase da operação Lava Jato, incluindo a adequada divulgação das notas explicativas, podendo ainda requerer ou depender de que outros procedimentos investigativos, ainda não considerados, sejam exigidos como parte de todo o processo de investigação deflagrados. Adicionalmente, neste momento, ainda não é possível estimar os desdobramentos futuros decorrentes dos processos de investigações conduzidos pelas autoridades públicas federais, nem os eventuais efeitos sobre as suas demonstrações contábeis, de 30 de junho de 2021.

Diferimento de aquisição de Cessão de Operação de Crédito

Conforme Nota Explicativa nº 11, em 30 de junho de 2021, o Banco possuía registrado na rubrica “Diversos”, o montante de R\$ 5.730 mil referentes à Diferimento de Aquisição de Cessão de Operações de Crédito, tendo apropriado R\$ 1.920 mil como despesa no resultado do semestre, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 26. Até a data da emissão destas demonstrações contábeis, não nos foi possível obter evidências apropriadas e suficientes, bem como realizar outros procedimentos de auditoria que possibilitassem a validação destes valores, sua vinculação com os contratos adquiridos por meio de cessões de crédito, bem como sua apropriação ao resultado. Dessa forma não foi possível determinar os efeitos de eventuais ajustes, se houver, nas demonstrações contábeis do Banco.

Créditos tributários

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 26.b às demonstrações contábeis, em 30 de junho de 2021, o Banco possuía registrado contabilmente, créditos tributários no montante de R\$ 35.357 mil. Com base em nossos procedimentos, identificamos algumas inconsistências na base créditos tributários relacionados com operações de crédito vigentes e operações de créditos baixados para prejuízo, sendo que para as operações de créditos baixados para prejuízo alguns valores foram excluídos indevidamente por erros sistêmicos. O efeito líquido entre as diferenças dessas bases acarreta o montante de crédito tributário não reconhecido de R\$ 1.380 mil, estando o ativo, resultado e patrimônio líquido subavaliados no referido valor.

Ajuste de avaliação patrimonial

Conforme Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, em 30 de junho de 2021 o Banco possuía registrado o montante de R\$ 496 mil, referente à ajuste positivo ao valor justo de Títulos e Valores Mobiliários classificados na categoria “Disponíveis para Venda”, os quais de acordo com a Circular nº 3.068 do Banco Central do Brasil (BACEN), devem registrar sua valorização e/ou desvalorização em conta destacada no patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários. Até a data da emissão destas demonstrações contábeis, não nos foi possível obter evidências apropriadas e suficientes, bem como realizar outros procedimentos de auditoria que possibilitassem a validação destes valores. Dessa forma não foi possível determinar os efeitos de eventuais ajustes, se houver, nas demonstrações contábeis do Banco em 30 de junho de 2021.

Incerteza quanto à continuidade operacional

Com base nas questões mencionadas no item “Investigações em curso” da base para abstenção de opinião e nos demais aspectos divulgados na Nota Explicativa nº 2.c), como consequência das ações e processos de investigação em curso e seus possíveis desdobramentos ainda incertos, somados à relevância dos assuntos reportados relativos à procedimentos contábeis adotados pela administração realizados em desacordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e que também foram objeto dos itens que compõe a base para abstenção de opinião, é necessário que a Administração continue adotando medidas no sentido de salvaguardar sua continuidade operacional, sobre o risco de não tê-la caso não obtenha sucesso em suas medidas.

Ênfases

Inquérito Civil

Chamamos atenção à Nota Explicativa nº 2, ao fato que em 07 de junho de 2021, o Ministério Público Federal (MPF), promoveu o arquivamento do inquérito civil nº 1.34.001.007268/2019-47, que previa realizar sua própria investigação para averiguar a legalidade das operações de câmbio de venda de moeda estrangeira realizadas pelo Banco no exterior em contrapartida a reais em espécie. Vale ressaltar que processo de mesma natureza já havia sido objeto de arquivamento pelo Banco Central do Brasil. Conforme resolução nº 23, 17 de setembro de 2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, em até seis meses do arquivamento de um inquérito civil, poderá ocorrer o seu desarquivamento diante de novas provas ou para investigar um novo fato relevante. Nossa opinião não contém ressalva com relação a este assunto.

Operação com partes relacionadas

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 27, no semestre findo em 30 de junho de 2021, o Banco reconheceu resultado com cessões de operações de crédito no montante de R\$ 5.632 mil, equivalente a 3,04% do seu patrimônio líquido. Por se tratar de operação com parte relacionada, os resultados destas operações poderiam ser diferentes daqueles que seriam obtidos de transações efetuadas com terceiros. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes à 31 de dezembro de 2020

As demonstrações contábeis do Banco relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2020, foram auditadas por outros auditores independentes, cujo relatório de auditoria foi emitido em 12 de abril de 2021 com abstenção de opinião relacionada aos seguintes assuntos:

(i) Investigações do Ministério Público Federal e Secretaria da Receita Federal do Brasil; (ii) Inquérito Civil; (iii) Circularização (confirmações externas) e conciliação de instituições financeiras no exterior; (iv) Investimentos em controladas e coligadas; (v) Circularizações de operações de crédito; (vi) Apuração de créditos tributários; (vii) Custódia de ativos e passivos; (viii) Perdas associadas ao risco de crédito; (ix) Ajuste de avaliação patrimonial; (x) Diferimento de comissões de captação; (xi) Processo administrativo; (xii) Incerteza quanto à continuidade operacional, parágrafo incerteza quanto à continuidade operacional e ênfases acerca de operações com partes relacionadas e investimento em cotas de fundos de participações.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

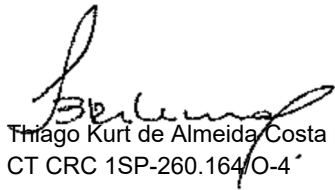
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossa responsabilidade é a de conduzir uma auditoria das demonstrações contábeis do Banco de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e emitir um relatório de auditoria.

Contudo, devido aos assuntos descritos na seção intitulada “Base para abstenção de opinião”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações contábeis.

Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

São Paulo, 31 de agosto de 2021



Thiago Kurt de Almeida Costa Brehmer
CT CRC 1SP-260.164/O-4

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

BANCO PAULISTA S.A.
Balço Patrimonial
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

	Notas explicativas	30/06/2021	31/12/2020		Notas explicativas	30/06/2021	31/12/2020
Ativo				Passivo			
Circulante		684.321	624.548	Circulante		596.389	648.152
Caixa e Equivalente de Caixa		37.923	1.512	Depósitos e demais instrumentos financeiros		578.552	632.880
Disponibilidades	4	37.923	1.512	Depósitos	14	354.147	377.769
Instrumentos financeiros		632.655	622.677	Captações no mercado aberto - carteira própria	15	85.349	89.131
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4/5	199.494	123.696	Recursos de aceites e emissão de títulos	16	99.296	124.688
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5	3.013	3.017	Obrigações por empréstimos e repasses	16	6.701	6.701
Títulos e Valores Mobiliários	6	148.776	157.700	Instrumentos Financeiros Derivativos	7	-	1.961
Instrumentos financeiros derivativos	7	100	-	Relações interdependências e interfinanceira	10	537	576
Relações interfinanceiras	10	19.918	17.991	Dívida Subordinada	16	32.522	32.054
Operações de crédito - setor privado	8	225.171	244.866	Provisões		6.504	4.920
Títulos e Créditos a Receber com característica de concessão de crédito	8	35.624	74.705	Para imposto de renda e contribuição social		1.552	-
Negociação e intermediação de valores		534	677	Para pagamentos a efetuar		3.904	3.987
Títulos e Créditos a Receber sem característica de concessão de crédito	9	25	25	Para garantias financeiras prestadas	30	1.048	933
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito		(2.917)	(4.593)	Outros passivos		11.333	10.352
(-) Operações de crédito	8	(2.659)	(3.846)	Cobrança e arrecadação de tributos e semelhantes		468	5
(-) Títulos e Créditos a Receber com característica de concessão de crédito	8	(258)	(747)	Fiscais e previdenciárias	17a	8.561	10.148
Outros ativos		16.660	4.952	Diversas	17b	2.304	199
Despesas antecipadas		39	42	Não circulante		720.717	502.095
Bens não de uso próprio		3.381	3.381	Depósitos e demais instrumentos financeiros		699.207	479.630
Diversos	11	13.240	1.529	Depósitos	14	620.693	426.241
Não Circulante		817.648	708.959	Recursos de aceites e emissão de títulos	16	78.514	53.389
Instrumentos financeiros		723.735	619.513	Provisões		3.884	2.765
Títulos e valores mobiliários	6	308.873	291.720	Para passivos contingentes	31b	3.884	2.765
Operações de crédito - setor privado	8	354.422	285.624	Outros passivos		17.626	19.700
Títulos e Créditos a Receber com característica de concessão de crédito	8	8.529	9.014	Fiscais e previdenciárias	17a	17.626	19.700
Títulos e Créditos a Receber sem característica de concessão de crédito	9	51.911	33.155	Patrimônio líquido	18	184.863	183.260
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito		(4.873)	(4.908)	Capital Social - domiciliado no país		184.300	184.300
(-) Operações de crédito	8	(4.186)	(4.486)	Reservas de lucros		67	-
(-) Títulos e Créditos a Receber com característica de concessão de crédito	8	(183)	(90)	Prejuízos acumulados		-	(1.213)
(-) Títulos e Créditos a Receber sem característica de concessão de crédito	9	(504)	(332)	Ajuste ao Valor de Mercado – TVM e Derivativos		496	173
Créditos Tributários	27b	35.358	34.249	Total do passivo		1.501.969	1.333.507
Outros ativos		53.779	50.253				
Diversos	11	53.779	50.253				
Investimentos	12	3.234	3.006				
Outros investimentos		3.486	3.258				
(-) Provisões para Perdas		(252)	(252)				
Imobilizado de uso		1.242	1.387				
Imóveis de uso		957	957				
Outras imobilizações de uso		5.285	5.838				
(-) Depreciações acumuladas		(5.000)	(5.408)				
Intangível	13	5.173	5.459				
Ativos intangíveis		9.281	9.281				
(-) Amortizações acumuladas		(4.108)	(3.822)				
Total do ativo		1.501.969	1.333.507				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BANCO PAULISTA S.A.
Demonstração do Resultado
Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Notas explicativas	30/06/2021	30/06/2020
Receitas de intermediação financeira		41.579	53.293
Operações de Crédito	8h	28.371	25.854
Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários	05/06	14.470	23.069
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	7d	(1.201)	(4.085)
Resultado com Operações de Câmbio		(61)	8.455
Despesas de intermediação financeira		(23.643)	(31.190)
Operações de captações	19	(23.691)	(25.179)
Operações de Empréstimos e Repasses		-	(4.327)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8e	48	(1.684)
Resultado bruto de intermediação financeira		17.936	22.103
Outras receitas (despesas) operacionais		(16.678)	(16.714)
Receitas de Prestação de Serviços	20	1.798	2.544
Rendas de tarifas bancárias	20	15.488	24.061
Despesas de Pessoal	21	(19.201)	(20.995)
Despesas Administrativas	22	(14.961)	(15.627)
Despesas Tributárias	24	(4.112)	(5.102)
Despesas com Provisões	23	(2.863)	(1.258)
Outras Receitas Operacionais	25	14.551	7.657
Outras Despesas Operacionais	26	(7.378)	(7.994)
Resultado operacional		1.258	5.389
Resultado não operacional		352	(202)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		1.610	5.187
Imposto de renda e contribuição social	27	(188)	(2.758)
Provisão para Imposto de Renda		(851)	(2.411)
Provisão para Contribuição Social		(709)	(1.889)
Ativo Fiscal Diferido		1.372	1.542
Participações estatutárias no lucro		(142)	(243)
Lucro líquido do semestre		1.280	2.186
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$		3,02	7,33

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BANCO PAULISTA S.A.
Demonstração do Resultado Abrangente
Em 30 de junho de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	30/06/2021	30/06/2020
Lucro líquido do semestre	1.280	2.186
Outros resultados abrangentes	323	(1.118)
Investimentos financeiros disponíveis para venda	587	(1.855)
Imposto de renda e contribuição social	(264)	737
Lucro Líquido abrangente do semestre	1.603	1.068

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BANCO PAULISTA S.A.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Em 30 de junho de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Capital Social	Aumento de Capital	Capital a Realizar	Redução de Capital	Reservas de lucros		Ajuste ao Valor de Mercado	Lucros / Prejuízos Acumulados	TOTAL
					Reserva Legal	Reserva Estatutária			
Saldos em 31 de dezembro de 2019	206.300	-	-	-	1.218	-	1.782	-	209.300
Aumento de capital	-	38.000	(19.000)	-	-	-	-	-	19.000
Redução de capital	-	-	-	(60.000)	-	-	-	-	(60.000)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	-	2.186	2.186
Reserva legal	-	-	-	-	109	-	-	(109)	-
Reserva estatutária	-	-	-	-	-	2.077	-	(2.077)	-
Ajuste ao valor de mercado TVM e derivativos	-	-	-	-	-	-	(498)	-	(498)
Ajuste ao valor de mercado TVM e derivativos - Controlada	-	-	-	-	-	-	(620)	-	(620)
Saldos em 30 de junho de 2020	206.300	38.000	(19.000)	(60.000)	1.327	2.077	664	-	169.368
Mutações no semestre	-	38.000	(19.000)	(60.000)	109	2.077	(1.118)	-	(39.932)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	184.300	-	-	-	-	-	173	(1.213)	183.260
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	-	1.280	1.280
Reserva legal	-	-	-	-	4	-	-	(4)	-
Reserva estatutária	-	-	-	-	-	63	-	(63)	-
Ajuste ao valor de mercado TVM e derivativos	-	-	-	-	-	-	323	-	323
Saldos em 30 de junho de 2021	184.300	-	-	-	4	63	496	-	184.863
Mutações no semestre	-	-	-	-	4	63	323	1.213	1.603

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BANCO PAULISTA S.A.
Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto
Em 30 de junho de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro líquido ajustado do semestre	23.598	35.319
Lucro líquido do semestre	1.280	2.186
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa líquido	22.318	33.133
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 8e)	(48)	1.684
Provisões para imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.372)	(1.542)
Depreciações e amortizações (nota 25)	467	435
Atualizações monetárias de depósitos judiciais	(27)	(38)
Reversão de provisão de riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	(117)	-
Reversões de depósitos judiciais	65	36
Provisões para contingências	1.345	903
Provisões para fianças	115	59
Provisões para auto de infração da Receita Federal (nota 16a)	1.403	-
Outras atualizações monetárias	-	260
Provisões para IR e CSLL	1.560	4.397
Despesas de Captação	23.691	25.179
Despesas de Consignação INSS	1.920	-
Ajuste MTM - em Títulos e Valores Mobiliários	(6.684)	1.760
Variação de ativos e passivos		
Redução (Aumento) em aplicações em depósitos interfinanceiros	4	(199)
(Aumento) redução em títulos e valores mobiliários	(1.222)	176.898
(Aumento) em relações interfinanceiras e interdependências	(1.966)	(1.246)
(Aumento) redução em operações de crédito	(50.542)	17.953
(Aumento) em outros ativos	(17.193)	(5.742)
Aumento (Redução) em negociação e intermediação de valores	143	(58.371)
(Aumento) em instrumentos financeiros derivativos	(2.061)	(7.443)
Redução (aumento) em créditos tributários	264	(834)
Redução em títulos e créditos a receber	20.586	12.632
Redução em carteira de câmbio	-	11.756
Aumento (redução) em depósitos	147.139	(24.500)
(Redução) de captações no mercado aberto	(3.782)	(332.778)
Aumento (redução) em outros passivos	2.568	(16.872)
(Redução) em obrigações fiscais e previdenciárias	(5.072)	(9.597)
(Redução) aumento em provisões	(192)	3.132
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	112.272	(199.892)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de imobilizado de uso	(36)	-
Aplicações no intangível	-	(1)
Alienações imobilizado	-	250
Aplicações em investimentos	(228)	(194)
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades de investimentos	(264)	55
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital (nota 17a)	-	19.000
(Redução) de obrigações por empréstimos e repasses	-	(400)
(Redução) em recursos de aceites e emissão de títulos	(267)	(6.673)
Aumento em dívida subordinada	468	630
Caixa líquido gerado das atividades de financiamentos	201	12.557
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	112.209	(187.280)
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre (nota 4)	125.208	689.888
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre (nota 4)	237.417	502.608
	112.209	(187.280)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

O Banco Paulista (“Banco”) é uma sociedade de capital fechado, controlado pelo Sr. Álvaro Augusto Vidigal, constituído sob a forma de banco múltiplo, tendo como objetivo a atuação em operações de crédito para pessoas jurídicas de médio a grande porte, prestação de serviços e de estruturação de operações para venda e distribuição.

As operações até 2019, eram conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuavam integradamente no mercado financeiro, sendo que certas operações tinham a coparticipação ou a intermediação de sua antiga controlada Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Singulare”) (anteriormente denominada “SOCOPA – Sociedade Corretora Paulista S.A.) e demais empresas pertencentes aos controladores, sendo que a partir da reorganização societária envolvendo Banco e Singulare descrita abaixo, a Singulare deixou de fazer parte desse contexto de conjunto de instituições.

Em 06 de fevereiro de 2020, reuniram-se em Assembleia Extraordinária os acionistas do Banco para deliberarem sobre a sua “reorganização societária”, reduzindo o seu Capital Social, sem o cancelamento de ações, com a restituição da totalidade das ações da Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. aos seus acionistas, mantendo-se inalterado o percentual de participação dos atuais acionistas no capital social do Banco.

A finalidade da redução de capital social é tornar as estruturas societárias do Banco e da Singulare independentes, por meio da transferência da totalidade das ações de emissão da Singulare para os acionistas, deixando de ser subsidiária integral do Banco, observada a seguinte ordem cronológica:

- A Singulare reduziu seu Capital, no montante de R\$ 3.783, sem o cancelamento de ações, com a restituição ao Banco de recursos em valor equivalente;
- O Banco, reduziu o Capital Social em R\$ 60.000, sem o cancelamento de ações, com a restituição da totalidade das ações da Singulare aos seus acionistas, mantendo-se inalterado o percentual de participação dos atuais acionistas no capital social do Banco;
- Foi deliberado o aumento de capital social do Banco, no montante de R\$ 38.000, subscrito integralmente pelo acionista Álvaro Augusto Vidigal, e integralizado em moeda corrente nacional, sendo que R\$ 19.000 foram integralizados no dia 13 de fevereiro de 2020 e o remanescente, equivalente a R\$ 19.000, foi integralizado em 03 de julho de 2020, em moeda corrente nacional.

Estas deliberações foram aprovadas pelo Banco Central através do Ofício 12.778/2020–BCB/Deorf/GTSP1 em 03 de julho de 2020.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

2. Base para elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

- a) As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que incluem as normas consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, normatizações do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e Banco Central do Brasil ("BACEN") e da Lei das Sociedades por Ações do Brasil.

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamentos. Itens significativos, sujeitos a essas estimativas e premissas, incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação ao mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação, sendo estas revisadas periodicamente.

Com o intuito de reduzir gradualmente a assimetria da divulgação das demonstrações contábeis entre o padrão contábil previsto no COSIF em relação aos padrões internacionais (IFRS), o Banco Central do Brasil através da Resolução BCB nº 2/2020, regulamentou novos procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações contábeis. As principais alterações implementadas foram as contas de balanço patrimonial que estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com do final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; inclusão das informações dos resultados recorrentes e não recorrentes; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente. As alterações implementadas pelas novas normas não impactaram o Lucro Líquido ou o Patrimônio Líquido.

As principais alterações implementadas foram as contas de balanço patrimonial que estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade, sendo este procedimento aplicado para as demonstrações contábeis dos valores correspondentes ao período anterior, os quais estão sendo apresentados para fins de comparação.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre períodos.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, são adotados pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologados pelo CMN e pelo BACEN, na data de sua entrada em vigor.

A demonstrações foram aprovadas em 31 de agosto de 2021.

- b) As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Banco. Todas as informações apresentadas em Real foram convertidas para o milhar, exceto quando indicado de outra forma.
- c) Para a conclusão das análises sobre as demonstrações contábeis referente ao semestre findo em 30 de junho de 2021, faz-se necessário mencionar os seguintes fatos que, em sua maioria, já foram objeto de comentário quando da elaboração das demonstrações contábeis de 2020 e 2019:
- Em 13 de abril de 2018 foi instaurado processo administrativo pelo Banco Central, em que foram apresentadas as manifestações e contestações do Banco. Em agosto de 2020 o Banco Central julgou o processo e decidiu pela aplicação de multa pecuniária (vide nota explicativa 31).
 - Em 8 de fevereiro de 2018 teve início o processo de fiscalização da Receita Federal do Brasil (RFB) culminando com a autuação do Banco no final de 2018, referente a IRPJ, CSLL e IRRF, vinculados ao Processo Administrativo nº 16327-721.025/2018-35, lavrado em razão da glosa de despesas que compuseram a base dos referidos tributos. O débito foi objeto de parcelamento formalizado perante a Receita Federal do Brasil, o qual está sendo quitado regularmente (vide notas explicativas 17.a e 31.c);
 - Em 8 de maio de 2019, o Banco foi alvo da 61ª fase da “Operação Lava Jato”, denominada “Disfarces de Mamom”, na qual o Ministério Público Federal (“MPF”) e a Polícia Federal investigam operações de lavagem de dinheiro, através de operações de câmbio, relacionadas com integrantes do “Setor de Operações Estruturadas” do Grupo Odebrecht, que resultou em mandado de busca e apreensão na sede do Banco para apurar eventuais contratos de prestação de serviços irregulares. Até a conclusão destas demonstrações contábeis não houve novo posicionamento ou requerimento por parte daquele órgão;
 - Em dezembro de 2019, conforme nota explicativa 31.c, foi encerrada a fiscalização da RFB. Apesar de encerrada a fiscalização, em julho de 2020, a administração tomou conhecimento de auto de infração complementar, em que a receita Federal, por ter aplicado erroneamente a multa no auto original de dezembro de 2019, lavrou esse auto complementar, para o qual o Banco já tomou as providências de impugnação;
 - Em julho de 2020 o BACEN aprovou reorganização societária envolvendo o Banco e a Singulare, conforme descrito na nota explicativa nº 1.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

- Em setembro de 2020, o Banco foi novamente alvo da operação Lava Jato através da 74ª fase, onde houve busca e apreensão de dados relacionados com operações de câmbio realizadas com a Petrobrás, no período de 2008 a 2011, com a alegação de terem sido realizadas com sobretaxa, para as quais o Banco prontamente se colocou à disposição para prestar esclarecimentos e fornecer as informações necessárias, sendo que até o momento nada de concreto foi apurado e, por este motivo, não acionou seu corpo jurídico e não procedeu ao levantamento das operações e seus possíveis efeitos.
- Em outubro de 2020 o BACEN decidiu pelo arquivamento, por unanimidade, do processo administrativo sancionador PE 157096 que havia sido instaurado para verificar a legalidade das operações de câmbio de venda de moeda estrangeira realizadas pelo Banco no exterior em contrapartida a reais em espécie recebidas do exterior.
- Sobre o mesmo assunto, o MPF, em procedimento cível, encaminhou ofício solicitando esclarecimentos ao Banco que, no momento oportuno, apresentou manifestação. O Banco informou acerca do arquivamento, por unanimidade, do processo administrativo sancionador acima mencionado.
- A atual gestão do Banco desconhece as operações investigadas e reafirma que a Instituição sempre se pautou pela legalidade e segue todas as normas e diretrizes do Banco Central do Brasil.

Considerando os acontecimentos descritos, a Administração destituiu e demitiu do Banco diretores e funcionários envolvidos nas denúncias, decidiu por constituir um Comitê de Investigação, composto pelo escritório Felsberg Advogados e por membros do Banco e membros independentes, para supervisionar e conduzir um processo investigativo sobre as operações objeto da 61ª fase da “Operação Lava Jato”, denominada “Disfarces de Mamom”, zelando pelo sigilo de todas as informações, documentos e relatórios produzidos pela equipe de investigação. Esta investigação não abrangeu todas as operações realizadas pela área de câmbio, tão pouco as operações com a Petrobrás.

No dia 26 de março de 2020, o Escritório Felsberg Advogados emitiu um Relatório Final sobre o processo investigativo em que são apresentadas, de forma detalhada, todas as bases e dados coletados para a conclusão da investigação.

Em suma, o relatório apresenta os seguintes dados:

- O objetivo foi o levantamento de informações acerca de operações específicas, realizadas entre Banco e terceiros, considerando as empresas constantes dos processos instaurados pelo MPF, Bacen e RFB, e compreendidas entre janeiro de 2007 e maio de 2019;

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

- Foram analisados os documentos pertinentes, incluindo mensagens eletrônicas, propostas financeiras, contratos, pareceres, relatórios, acesso pelas catracas ao Condomínio onde está localizada a sede do Banco, entre outros;
- Foi realizada coleta Forense permitindo a recuperação e análise de quantidades substanciais de dados de diversas fontes de dados eletrônicos, incluindo computadores pessoais, servidores, telefones celulares, dentre outras, bem como a análise de delação em massa;
- Foi realizada análise contábil e financeira com identificação dos montantes pagos às principais entidades envolvidas e comparação com as alegações do MPF;
- Também foram realizadas entrevistas com funcionários-chave que faziam parte do quadro à época, de acordo com seu potencial participação nos casos analisados, além de considerados para fins de *background check* as Pessoas Jurídicas e Físicas relacionadas.

O relatório, ainda, retrata que durante o processo investigativo, foi possível constatar que uma série de medidas mitigativas foram adotadas pelo Banco, como por exemplo:

- Revisão do sistema de governança;
- Criação de um Canal de Ética;
- Contratação de consultorias independentes e de novos profissionais para reforçar os departamentos;
- Sistema de monitoramento de transações; e
- Novos procedimentos internos de obtenção e verificação de informação de clientes, fornecedores e parceiros.

Vale ressaltar que com a emissão do Relatório Final da investigação, abrangendo o rol de empresas denunciadas, não houve apontamento de novos casos, além daqueles que são de conhecimento público e que foram objeto do auto de infração mencionado na nota explicativa 17.a e da 74ª fase da operação Lava Jato, o que leva à conclusão de que o Banco se deparou com uma questão restrita ao departamento de câmbio.

A administração e sua assessoria jurídica entendem que não existem, até o momento da divulgação destas Demonstrações Contábeis, elementos, fatos ou circunstâncias que imputem ao Banco, em decorrência da importação de moedas e 74ª fase da operação Lava Jato, qualquer contingência que justifique o provisionamento de qualquer valor, haja vista que:

- O Banco não foi alvo de medidas coercitivas nos processos criminais em andamento;

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

- Nesses processos, quando apontado eventual prejuízo nos autos, houve o bloqueio de bens das pessoas físicas citadas;
- Para que seja cabível a propositura de ação civil pública por improbidade administrativa tendo por objeto a operação de importação de moeda estrangeira ou ainda aquelas envolvendo a PETROBRAS, seria necessário que fosse comprovada a existência de ato ilícito causador de prejuízo. Considerando o arquivamento, por unanimidade, do processo administrativo sancionador pelo BACEN, são consideradas remotas as chances de condenação de ação civil pública por improbidade.
- Em 07 de junho de 2021, o Ministério Público Federal, através do Inquérito Civil nº 1.34.001.007268/2019-47, encaminhado pela força-Tarefa da Lava Jato em São Paulo, em razão de declínio de atribuições, visando investigar, no âmbito civil, eventual descumprimento de normas do Banco Central do Brasil (BACEN), pelo BANCO PAULISTA S.A., promoveu o arquivamento dos presentes autos, tendo em vista todos os elementos colhidos e por entender não haver razões para o prosseguimento, ressaltando-se que o próprio BANCO CENTRAL entendeu não haver irregularidades, conforme PE 157096.

O Banco reafirma seu comprometimento com a sociedade, clientes e autoridades e, para tanto, a nova Administração mantém seu foco na adoção de providências austeras, em especial medidas de fortalecimento da Governança e de *Compliance*, tais como gestão, controle, auditoria e transparência das informações.

3. Sumário das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata* dia para as de natureza financeira. As taxas e comissões recebidas são reconhecidas durante o período de prestação de serviços (regime de competência).

As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço através dos índices pactuados. Taxas e comissões decorrentes de operações com terceiros, tais como corretagens, são reconhecidas quando o serviço ou operação for realizada.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução nº 3.604/08 inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

c) Instrumentos financeiros

Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações prefixadas são registradas pelo valor de resgate, deduzido das rendas pertencentes ao período futuro, e as pós-fixadas pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

As aplicações em operações compromissadas são classificadas em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações.

Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam:

Títulos para negociação: são apresentados no ativo circulante, independentemente dos respectivos vencimentos e compreendem os títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São avaliados pelo valor de mercado, sendo o resultado desta valorização ou desvalorização computado ao resultado.

Títulos disponíveis para a venda: representam os títulos que não foram adquiridos para frequente negociação e são utilizados, dentre outros fins, para reserva de liquidez, garantias e proteção contra riscos. Os rendimentos auferidos segundo as taxas de aquisição, bem como as possíveis perdas permanentes são computados ao resultado. Estes títulos são avaliados ao valor de mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização contabilizado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido (deduzidos os efeitos tributários), o qual será transferido para o resultado no momento da sua realização.

Títulos mantidos até o vencimento: referem-se aos títulos adquiridos para os quais a Administração tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos. Caso apresentem perdas permanentes, estas são imediatamente computadas no resultado.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

Os instrumentos financeiros derivativos compostos por operações de futuro, operações a termo e operações de *swap* são contabilizados de acordo com os seguintes critérios:

- *Operações de futuros* – os valores dos ajustes a mercado são diariamente contabilizados em conta de ativo ou passivo e apropriados diariamente como receita ou despesa;
- *Operações a termo* – pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o valor de mercado do bem ou direito, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência dos contratos até a data do balanço;
- *Operações de swap* – o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado a valor de mercado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa *pro rata* até a data do balanço.

As operações com instrumentos financeiros derivativos não considerados como *hedge accounting* são avaliadas, na data do balanço, a valor de mercado, contabilizando a valorização ou a desvalorização em conta de receita ou despesa, no resultado do período.

Operações de crédito e perdas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito (empréstimos e financiamentos) e outros créditos (direitos creditórios sem coobrigação) são registradas a valor presente, calculadas *pro rata* dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados, sendo atualizadas até o sexagésimo dia de atraso, observada a expectativa do recebimento.

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, que requer análise periódica da carteira e sua classificação em 9 níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (perda).

As rendas das operações de crédito com vencimento igual ou superior a 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas no nível “H” permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, no mínimo por 5 anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas antes da renegociação. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas no nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

Para as operações com prazo superior a 36 meses o Banco se utiliza da prerrogativa de contagem de prazo em dobro prevista na Resolução nº 2.682/99 para determinação do nível de risco. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito estabelecido pela Resolução nº 2.682/99, conforme demonstrado na Nota 8.

A Resolução CMN nº 4.803, posteriormente alterada pela Resolução CMN nº 4.855 mencionada acima, permitiu às Instituições Financeiras reclassificar para o nível em que estavam classificadas em 29 de fevereiro de 2020, as operações renegociadas entre 1º de março a 31 de dezembro de 2020 (redação dada pela resolução 4.855), não incluindo aquelas operações com atraso igual ou superior a quinze dias em 29 de fevereiro de 2020 e que apresentem evidências de incapacidade de honrar a obrigação nas novas condições pactuadas.

A Resolução CMN nº 4.855 de 24 de setembro de 2020, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2021, determina que, para os critérios de provisão de operações realizadas no âmbito dos programas instituídos com o propósito de enfrentamento dos efeitos da pandemia da COVID-19 na economia, nas quais haja compartilhamento de recursos ou de riscos entre a União e as instituições participantes ou garantia prestada pela União, os percentuais definidos na Resolução nº 2.682, devem ser aplicados somente sobre a parcela do valor contábil da operação, cujo risco de crédito é detido pela instituição. Nos casos de transferência para prejuízo, o montante levado para contas de compensação deve ser de 100% do saldo da operação.

O Banco não aplicou os critérios permitidos nas resoluções nº 4.803 e nº 4.855 durante o 1º Semestre de 2021.

d) Investimentos

Os investimentos são registrados pelo custo de aquisição, deduzidas de provisão para perdas, quando aplicável.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

e) Imobilizado e intangível

Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos e incorpóreos, destinados à manutenção das atividades da Instituição ou exercido com essa finalidade.

Os bens do ativo imobilizado (bens corpóreos) estão registrados ao custo de aquisição. A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear às taxas de 20% a.a. para veículos e sistemas de processamento de dados e 10% a.a. para os demais itens.

Os ativos intangíveis representam os direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da sociedade ou exercidos com essa finalidade. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida são testados anualmente quanto à sua recuperabilidade.

f) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros – (Impairment)

O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período/exercício, conforme previsto na Resolução nº 3.566/08.

Os valores dos ativos não financeiros são revistos anualmente, exceto créditos tributários, cuja realização é avaliada semestralmente.

g) Depósitos, captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissões de títulos, obrigações por empréstimos e repasses e dívidas subordinadas

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia sendo as de obrigações em moeda estrangeira atualizadas às taxas oficiais de câmbio, vigentes nas datas dos balanços. As captações no mercado aberto são classificadas no passivo circulante em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

h) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

Correntes

As provisões para o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária, sendo o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício (R\$ 120 no semestre) e a contribuição social pela alíquota de 15% foi calculada até fevereiro de 2020. Com o advento da Emenda Constitucional nº 103, Art. 32, a alíquota da CSLL a partir de março de 2020 passou a vigorar para os Bancos sob a alíquota de 20%.

Diferidos

Os tributos diferidos foram calculados sobre adições e exclusões temporárias. Os tributos diferidos são calculados sobre adições, exclusões ou resultados temporários a serem realizados quando da utilização e/ou reversão das bases de constituição, sendo baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da Administração.

i) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios:

Contingências ativas – não são reconhecidas nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

Contingências passivas – são reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

Obrigações legais – fiscais e previdenciárias – referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos (ou impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

j) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização ou de exigibilidade, incluindo rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais incorridos até a data das demonstrações contábeis, calculados “*pro-rata*” dia e, quando aplicável, reduzidos por estimativas de perdas para refletir o valor de realização. Os saldos realizáveis ou exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulante, respectivamente.

k) Lucro ou prejuízo por ação

O lucro líquido ou prejuízo por ação é calculado com base na quantidade de ações, na data do balanço.

l) Resultados recorrentes e não recorrentes

A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não recorrente do exercício aquele que: I – não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II – não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na nota explicativa 34.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Em 30 de junho de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, o caixa e equivalentes de caixa estavam assim representados:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Disponibilidades - Em moeda nacional	37.353	937
Disponibilidades - Em moeda estrangeira	570	575
Aplicações no mercado aberto (nota 5a)	199.494	123.696
Caixa e equivalentes de caixa	<u>237.417</u>	<u>125.208</u>

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

a) Aplicações no mercado aberto

	2021		2020
	1 a 30 dias	Total	Total
Aplicações no mercado aberto			
Posição bancada:	199.494	199.494	123.696
Letras Financeiras do Tesouro -LFT	69.996	69.996	123.696
Notas do Tesouro Nacional - NTN	129.498	129.498	-
Total	199.494	199.494	123.696

No semestre findo em 30 de junho de 2021, o resultado com operações compromissadas foi de R\$ 2.418 (R\$ 9.347 em 2020).

b) Aplicações em depósitos interfinanceiros

	2021	2020
Vencimento até 90 dias	3.013	3.017
Total	3.013	3.017

No semestre findo em 30 de junho de 2021, a renda com aplicações em depósitos interfinanceiros foi de R\$ 19 (R\$ 10 em 2020).

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

6. Títulos e valores mobiliários

a) Títulos e valores mobiliários - Composição por classificação

	2021		2020	
	Custo (i)	Mercado (ii)	Custo (i)	Mercado (ii)
Títulos para negociação				
Carteira própria - livres	69.848	70.194	48.911	48.857
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	131	130	129	129
Notas do Tesouro Nacional - NTN	41.145	41.493	489	601
Títulos da Dívida Agrária - TDA	3	2	4	2
Cotas de Fundos de Investimentos - CFI (iii)	8.307	8.307	16.681	16.681
Cotas de Fundos de Direitos Creditórios –				
FIDC (iii)	6.697	6.697	3.511	3.511
CRA				
Certificado de Recebíveis do Agronegócio -				
Ações de Companhias Abertas	12.707	12.707	27.023	26.777
Certificado de Recebíveis Imobiliários - CRI	27	27	19	98
	831	831	1.055	1.058
Total de títulos para negociação	69.848	70.194	48.911	48.857
Títulos disponíveis para venda				
Carteira própria - livres	85.506	85.520	126.593	126.734
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	34.569	34.583	95.786	95.908
Notas do Tesouro Nacional - NTN	11	13	709	730
Títulos da Dívida Agrária - TDA	6	4	6	4
Cotas de Fundos de Investimento - CFI (iii)	48.645	48.645	30.092	30.092
Cotas de Fundos de Direitos Creditórios -				
FIDC (iii)	2.275	2.275	-	-
Vinculados a operações compromissadas	85.684	85.619	89.274	89.303
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	85.684	85.619	89.274	89.303
Vinculados à prestação de garantias (iv)	37.030	36.945	39.725	39.698
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	26.837	26.752	29.702	29.675
Cotas de Fundos de Investimento – CFI (iii)	10.193	10.193	10.023	10.023
Total de títulos disponíveis para venda	208.220	208.084	255.592	255.735
Títulos mantidos até o vencimento				
Carteira própria - livres	179.371	179.371	144.828	144.828
Cotas de Fundos de Direitos Creditórios -				
FIDC	179.371	179.371	144.828	144.828
Total de títulos mantidos até o vencimento	179.371	179.371	144.828	144.828
Total	457.439	457.649	449.331	449.420

(i) Valor de custo amortizado

Nos casos de títulos de renda fixa, referem-se ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço; para as ações, considera-se o custo de aquisição. As cotas dos Fundos de Investimento e dos Fundos em Direitos Creditórios refere-se ao custo ajustado ao PU que é disponibilizado por seus respectivos administradores.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

(ii) Valor de mercado

O valor de mercado dos títulos públicos é apurado segundo divulgações nos boletins diários informado pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades de Mercados Financeiros e de Capitais. As ações e as debêntures são avaliadas pela cotação de fechamento do último dia em que foram negociadas na Bolsa de Valores. Os títulos privados são registrados pelo seu valor de custo, acrescido diariamente dos rendimentos incorridos e ajustado ao valor de mercado. As cotas de Fundos são atualizadas pelo valor da cota divulgado pelo Administrador.

(iii) Aplicações em cotas de fundos de Investimento

		<i>FUNDOS</i>	30/06/2021	31/12/2020
FIM	SINGULARE USA FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO		5.227	5.392
	INVESTIMENTO NO EXTERIOR			
FIP	INDUSTRIAL PARKS BRASIL FIP MULTISTRATÉGIA (b)		3.080	8.416
FIDC	ESMERALDA - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS		3.183	2.873
FIDC	FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CREDZ		3.514	3.511
Total de Fundos Investidos para negociação			15.004	20.192
FIC FIM	SUPRA MID FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO - CRÉDITO PRIVADO		16.014	25.361
FIC FIM	PAULISTA CONSIGNADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO		26.567	-
FIC FIM	PAULISTA CONSIGNADO II FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO (a)		3.500	-
FIDC	ESMERALDA - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS		2.275	2.049
FII	SINGULARE FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO		2.553	2.653
FIM	FUNDO DE INVESTIMENTO LIQUIDEZ CAMARA		10.193	10.023
FIP	INDUSTRIAL PARKS BRASIL FIP MULTISTRATÉGIA		11	29
Total de Fundos Investidos Disponível para venda			61.113	40.115
FIDC	SILLER FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - NÃO PADRONIZADOS		124.820	141.328
FIDC	STRUCTURE FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS		51.051	-
FIDC	FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CREDZ		3.500	3.500
Total de Fundos Investidos mantidos até o vencimento			179.371	144.828
Total			255.488	205.135

- (a) O Banco mantém recursos investidos em cotas do “Paulista Consignado II – Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado – Crédito Privado” (FIC FIM II), que detém cotas do “BPD Consignado Fundo de Investimento em Direitos Creditórios” (BPD FIDC).

O Fundo Consignado II, foi constituído em 01 de junho de 2021, sob a forma de condomínio fechado com prazo de indeterminado de duração. O Fundo é administrado e gerido pela Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

Em 30 de junho de 2021, o patrimônio total do Fundo BPD FIDC era de R\$ 36.937, representado, substancialmente, por empréstimos consignados, sendo que a participação do Banco no FIC FIM II é de R\$ 3.500, representada pelas cotas subordinadas.

Em 30 de junho de 2021, o Banco cedeu para o fundo BPD FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS CONSIGNADOS, crédito consignado”, pelo montante de R\$ 24.966, cujos valores nominais totalizavam R\$ 33.363. O lucro com esta Cessão foi de R\$ 4.732, registrado na rubrica “Lucro de Cessão de Créditos”.

- (b) O INDUSTRIAL PARKS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA (Fundo), administrado pela Lions Trust Administradora de Recursos Ltda., foi constituído em 19.08.2008, sob a forma de condomínio fechado, de acordo com as disposições da Instrução CVM nº. 391, de 16.07.2003, revogada pela instrução CVM nº 578, de 30.08.2016, com prazo de duração até 21 de novembro de 2021.

O Fundo está em fase de liquidação, tendo realizado a grande maioria de seus ativos no início de 2021.

(iv) Vinculados a prestação de garantias

Os títulos vinculados à prestação de garantias referem-se a títulos e valores mobiliários vinculados às operações realizadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, no montante de R\$ 36.945 (R\$ 39.698 em 31 de dezembro de 2020). Esses títulos podem ser substituídos por outros títulos caso haja a necessidade de venda.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

b) Títulos e valores mobiliários - Composição por vencimento

	2021					2020	
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total	Total
Títulos para negociação							
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	-	-	65	65	130	129
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	-	-	-	41.493	41.493	601
Títulos da Dívida Agrária – TDA	-	-	1	1	-	2	2
Cotas de Fundo de Investimento – CFI	8.307	-	-	-	-	8.307	16.681
Cotas de Fundos de Direitos	-	-	-	-	-	-	-
Creditórios - FIDC	6.697	-	-	-	-	6.697	3.511
Certificado de Recebíveis do Agronegócio - CRA	-	465	229	12.013	-	12.707	26.777
Ações de Companhias Abertas	27	-	-	-	-	27	98
Certificado de Recebíveis Imobiliários - CRI	-	-	-	831	-	831	1.058
Total de títulos para negociação (i)	15.031	465	230	12.910	41.558	70.194	48.857
Títulos disponíveis para venda							
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	6.101	11.367	576	128.910	146.954	214.886
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	-	-	-	13	13	730
Títulos da Dívida Agrária – TDA	-	-	1	1	2	4	4
Cotas de Fundo de Investimento – CFI	58.838	-	-	-	-	58.838	40.115
Cotas de Fundos de Direitos	-	-	-	-	-	-	-
Creditórios - FIDC	2.275	-	-	-	-	2.275	-
Total de títulos disponíveis para venda (i)	61.113	6.101	11.368	577	128.925	208.084	255.735
Títulos Mantidos até o vencimento							
Cotas de Fundos de Direitos	-	-	-	-	179.371	179.371	144.828
Creditórios - FIDC	-	-	-	-	-	-	-
Total de títulos mantidos até o vencimento	-	-	-	-	179.371	179.371	144.828
Total	76.144	6.566	11.598	13.487	349.854	457.649	449.420

(i) Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil.

No semestre findo em 30 de junho de 2021, a renda com aplicações com títulos e valores mobiliários foi de R\$ 12.033 (R\$ 13.712 em 2020).

Os títulos públicos estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC e os títulos privados e as cotas de Fundos, na B3.

Não houve reclassificação de categoria de títulos no semestre findo em 30 de junho de 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

7. Instrumentos financeiros derivativos

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam prioritariamente a administrar a sua exposição global de risco.

A comercialização de instrumentos financeiros derivativos com as contrapartes é precedida de uma avaliação dos riscos de crédito envolvidos.

Os valores registrados nas contas patrimoniais relativos aos instrumentos financeiros derivativos, em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, incluído os ajustes ao valor de mercado, são demonstrados a seguir:

	30/06/2021				31/12/2020			
	Valor referencial	Ativo	Passivo	Líquido	Valor referencial	Ativo	Passivo	Líquido
Termos (NDF)	-	100	-	100	36.788	-	(1.961)	(1.961)
Total	-	100	-	100	36.788	-	(1.961)	(1.961)

a) Composição analítica das operações

Descrição	30/06/2021		31/12/2020	
	Valor referencial (em reais)	Valor patrimonial a receber/(a pagar)	Valor referencial (em reais)	Valor patrimonial a receber/(a pagar)
Termo				
Real x USD	-	100	36.788	(1.961)
Total	-	100	36.788	(1.961)

b) Os instrumentos financeiros derivativos possuem os seguintes vencimentos:

Descrição	30/06/2021		31/12/2020	
	Até 3 meses	Total	Até 3 meses	Total
Contratos a termo – NDF	100	100	(1.961)	(1.961)

A determinação dos valores de mercado de tais instrumentos financeiros derivativos é baseada nas cotações divulgadas pelas bolsas especializadas, e em alguns casos, são utilizadas técnicas de precificação.

O Banco possui operações de instrumentos financeiros derivativos efetuadas no mercado futuro – B3, tais operações são exclusivamente atreladas a índices futuros de moedas estrangeiras e não possuem em 30 de junho de 2021 valor referencial (R\$ 91.967 em 31 de dezembro de 2020), tendo sido apurado um ajuste a receber de R\$ 12 (em 31 de dezembro de 2020 a receber R\$ 134).

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

Todas as operações com derivativos realizadas pelo Banco são registradas na B3. Os contratos futuros de DI e de moedas estrangeiras são utilizados, principalmente, como instrumentos para limitação de taxas de captação, em função de descasamentos de prazos, moedas, e/ou indexadores, com as operações ativas.

c) Margem de garantia

São dados como margem em garantia para a realização das operações com instrumentos financeiros derivativos, os ativos apresentados a seguir:

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	6.490	9.635
	<u>6.490</u>	<u>9.635</u>

d) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

Os resultados obtidos com as operações com instrumentos financeiros derivativos, nos semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020, estão demonstrados a seguir:

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Futuros	(1.291)	(19.799)
Operações a termo – NDF	90	15.714
	<u>(1.201)</u>	<u>(4.085)</u>

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

8. Operações de crédito

Em 30 de junho de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, as operações de crédito estão compostas como demonstrado a seguir:

a) Por tipo de operação

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Operações de crédito:		
Empréstimos e títulos descontados	458.868	430.526
Financiamentos – Cédulas de crédito à exportação	109.725	99.964
Financiamentos – Rurais a agroindustriais	11.000	-
	<u>579.593</u>	<u>530.490</u>
Outros créditos:		
Direitos creditórios sem coobrigação	44.153	83.719
	<u>44.153</u>	83.719
Total das operações de crédito	<u><u>623.746</u></u>	<u><u>614.209</u></u>
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(6.845)	(8.332)
Perdas estimadas com outros créditos de liquidação duvidosa	(441)	(837)
Total das perdas estimadas com créditos e outros créditos de liquidação duvidosa	<u><u>(7.286)</u></u>	<u><u>(9.169)</u></u>
	<u><u>616.460</u></u>	<u><u>605.040</u></u>

b) Por setor de atividade

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Setor privado		
Indústria	76.952	79.085
Comércio	245.882	297.529
Serviços	221.411	215.480
Pessoas físicas	79.501	22.115
Total	<u><u>623.746</u></u>	<u><u>614.209</u></u>

c) Por faixa de vencimento

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Parcelas vencidas	9.166	2.279
Parcelas vincendas		
até 90 dias	86.572	137.286
de 91 dias a 180 dias	45.556	100.773
de 181 dias a 360 dias	119.501	79.233
acima de 360 dias	362.951	294.638
Total	<u><u>623.746</u></u>	<u><u>614.209</u></u>

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

d) Composição da carteira por nível de risco

Saldo da carteira						
Nível	30/06/2021				31/12/2020	
	Curso normal	Vencidas	Total	%	Total	%
A	36.574	-	36.574	5,87	975	0,16
B	546.366	8.715	555.081	88,99	582.017	94,76
C	27.820	210	28.030	4,49	25.328	4,12
D	3.314	14	3.328	0,53	3.232	0,53
E	505	-	505	0,08	565	0,09
F	-	-	-	-	-	-
G	-	-	-	-	-	-
H	1	227	228	0,04	2.092	0,34
	614.580	9.166	623.746	100,00	614.209	100,00

Provisão							
Nível	% de provisão	30/06/2021				31/12/2020	
		Curso normal	Vencidas	Total	%	Total	%
A	0,5	182	-	182	2,50	5	0,05
B	1,0	5.464	87	5.551	76,19	5.820	63,47
C	3,0	835	6	841	11,54	760	8,29
D	10,0	331	2	333	4,57	322	3,52
E	30,0	151	-	151	2,07	170	1,85
F	50,0	-	-	-	-	-	-
G	70,0	-	-	-	-	-	-
H	100,0	1	227	228	3,13	2.092	22,82
		6.964	322	7.286	100,00	9.169	100,00

e) Movimentação da estimativa com perdas com créditos de liquidação duvidosa

	30/06/2021	31/12/2020
Saldo no início do semestre/exercício	9.169	24.912
Constituições líquidas	(48)	2.474
Baixas de créditos contra prejuízo	(1.835)	(18.217)
Saldo no final do semestre/exercício	7.286	9.169

f) Créditos renegociados e recuperados

Os créditos renegociados, no semestre findo em 30 de junho de 2021, totalizam R\$ 7.462 (R\$ 8.073, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020). (*)

(*) Resolução 2.682 art. 8º § 1º/3º, não tendo sido aplicadas as resoluções citadas anteriormente na nota explicativa nº 3.c.

Os créditos recuperados, no semestre findo em 30 de junho de 2021, totalizam R\$ 1.217 (R\$ 2.339, em 2020).

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

g) Cessões de crédito

O Banco celebrou em dezembro de 2020 um “Convênio para o Estabelecimento de Condições Gerais para a Cessão e Aquisição de Créditos sem Coobrigação”, com uma Instituição Financeira, devidamente autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“Bacen”), de consignações decorrentes de empréstimos e de operações com cartão de crédito aos titulares de benefícios de aposentadoria e pensão do regime geral de previdência social.

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2021, o Banco adquiriu créditos, conforme “Convênio”, pelo montante de R\$ 73.487, cujos valores nominais totalizavam R\$ 108.972, resultando em ganho, durante o primeiro semestre no valor de R\$ 3.324, registrado na rubrica “Receitas de intermediação financeira Operações de Crédito”.

A taxa média da aquisição foi de 1,0475%, para cada uma das Cessões, registrado na rubrica de “Outros Ativos Diversos” (nota 11), pelo montante de R\$ 5.730, que está sendo diferido ao longo do prazo dos contratos adquiridos e registrado na rubrica “Outras Despesas Operacionais – Diferimento consignado INSS “ (nota 26).

Em 30 de junho de 2020, o Banco cedeu para o fundo BPD FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS CONSIGNADOS, crédito consignado anteriormente adquirido conforme estabelecido no “Convênio”, pelo montante de R\$ 24.966, cujos valores nominais totalizavam R\$ 33.363. O lucro com esta Cessão foi de R\$ 4.732, registrado na rubrica “Lucro de Cessão de Créditos”.

Conforme as condições estabelecidas pela Resolução n.º 2.686/00 do Conselho Monetário Nacional, o Banco efetuou durante o semestre findo em 30 de junho de 2021, cessões de créditos já vencidos, sem coobrigações, oriundos de suas operações de empréstimos e financiamentos, pelo montante de R\$ 900 (R\$ 5.000 em dezembro de 2020), para a Paulista Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros, entidade ligada, cujos valores nominais atualizados contabilmente totalizavam R\$ 11.535 (R\$ 34.277 em dezembro de 2020).

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

h) Rendas com operações de crédito

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Empréstimos e títulos descontados	23.712	16.719
Financiamentos	3.375	6.673
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	1.217	2.339
Adiantamentos a depositantes	59	123
Rendas de financiamentos rurais	8	-
Total do resultado com operações de crédito	<u>28.371</u>	<u>25.854</u>

9. Títulos e Créditos a receber sem característica de concessão de crédito

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Circulante		
Outros	25	25
Total Circulante	<u>25</u>	<u>25</u>
Não circulante		
Precatórios Municipais	263	226
Precatórios Estaduais	25.352	17.662
Precatórios Federais	26.296	15.267
Total não circulante	<u>51.911</u>	<u>33.155</u>
	<u>51.936</u>	<u>33.180</u>
(-) Provisão para perdas	<u>(504)</u>	<u>(332)</u>
Total (*)	<u>51.432</u>	<u>32.848</u>

(*) Saldo representado por precatórios, já emitidos, pela União, por um Estado ou por um Município em decorrência de ação judicial transitada em julgado, com prazos previstos entre 2021 e 2030.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

10. Relações Interfinanceiras e Interdependências

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Ativo – Circulante		
Serviços de Compensação – cheques e outros papéis	2.061	-
Bancos Oficiais – Depósitos Vinculados a convênios (i)	17.857	17.991
	<u>19.918</u>	<u>17.991</u>
Passivo – Circulante		
Serviços de Compensação – cheques e outros papéis	9	-
Bancos Correspondentes	528	532
Recursos em trânsito de terceiros	-	44
	<u>537</u>	<u>576</u>

- (i) Referem-se a recursos depositados na Caixa Econômica Federal, oriundos do Ministério das Cidades e Órgãos Conveniados (Órgãos Públicos Estaduais, Municipais, Distrito Federal e Cooperativas de Habitação), no âmbito do Programa Nacional de Subsídio à Habitação de Interesse Social – PSH.

11. Outros ativos – Diversos

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Circulante		
Impostos a compensar (i)	-	959
Devedores diversos no país	207	282
Comissões diferidas de captações	1.014	-
Valores a receber – Resgate de cotas do fundo	10.004	-
Prêmio ou desconto por transferência de ativos (ii)	1.385	-
Outros	630	288
	<u>13.240</u>	<u>1.529</u>
Não circulante		
Tributos a compensar (i)	34.410	36.264
Recursos antecipados de câmbio	880	881
Comissões diferidas de captações	3.371	3.700
Devedores diversos no país	1.743	914
Prêmio ou desconto por transferência de ativos (ii)	4.345	-
Devedores por depósito em garantia (nota 31b)	9.030	8.494
	<u>53.779</u>	<u>50.253</u>

- (i) Antecipações de IR/CS de exercícios anteriores não compensados.
(ii) Valores referentes ao diferimento dos preços dos créditos adquiridos conforme descrito na nota 8g.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

12. Investimentos

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
CERTA – Central de Registro de Títulos e Ativos S.A.	1.132	904
CIP – Câmara Interbancária de Pagamentos	1.819	1.819
Outros investimentos	535	535
(-) Provisão para perdas	(252)	(252)
	<u>3.234</u>	<u>3.006</u>

13. Ativos intangíveis

	<u>Taxa de amortização</u>	<u>Custo</u>	<u>Amortização</u>	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Software	20%	5.281	(4.108)	<u>1.173</u>	<u>1.459</u>
Outros intangíveis (*)	-	4.000	-	<u>4.000</u>	<u>4.000</u>
	-	<u>9.281</u>	<u>(4.108)</u>	<u>5.173</u>	<u>5.459</u>

(*) Referente à compra de marcas, domínio e endereços eletrônicos, manuais e procedimentos, incluindo todos os direitos autorais para a exploração de novo produto.

14. Depósitos

a) Por prazo de vencimento:

	<u>30/06/2021</u>				<u>Total</u>	<u>31/12/2020</u>
	<u>Sem vencimento</u>	<u>1 a 90 dias</u>	<u>91 a 360 dias</u>	<u>Acima de 360 dias</u>		<u>Total</u>
A vista – Moeda nacional	167.412	-	-	-	<u>167.412</u>	161.883
A vista – Moeda estrangeira	3	-	-	-	<u>3</u>	3
Interfinanceiros	-	-	-	-	-	30.000
A prazo	-	77.464	109.268	620.693	<u>807.425</u>	612.124
	<u>167.415</u>	<u>77.464</u>	<u>109.268</u>	<u>620.693</u>	<u>974.840</u>	<u>804.010</u>

No semestre findo em 30 de junho de 2021, as despesas com “Depósitos” foram de R\$ 18.611 (R\$ 9.862 em 2020) e as despesas com o “Fundo Garantidor de Crédito” foram de R\$ 707 (R\$ 423 em 2020). (nota 19).

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

b) Taxa média praticada:

	30/06/2021		31/12/2020	
	Pré	Pós	Pré	Pós
Interfinanceiros	n/a	99,00	n/a	99,01
A prazo	5,76	130,95	5,65	120,33

As taxas praticadas para as captações de CDP Pós-fixados foram de 100% do IPCA (100% do IPCA em 2020) e entre 100% a 170% do (96% a 150% do CDI em 2020).

Para as captações de DI foi de 99% do CDI (99,01% do CDI em 2020).

15. Captações no mercado aberto

	30/06/2021		31/12/2020
	De 1 a 30 dias	Total	Total
Carteira própria	85.349	85.349	89.131
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	85.349	85.349	89.131
Total	85.349	85.349	89.131

No semestre findo em 30 de junho de 2021, as despesas com “Captações no Mercado aberto” foram de R\$ 807 (R\$ 12.274 em 2020). (nota 19).

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

16. Obrigações por empréstimos e repasses; Recursos de aceites e emissão de títulos e Dívidas subordinadas

	30/06/2021					Total	31/12/2020 Total
	Sem vencimento	1 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
Obrigações por repasses	6.701	-	-	-	-	6.701	6.701
Repasses do país - Instituições Oficiais (i)	6.701	-	-	-	-	6.701	6.701
Recursos de aceites e emissão de títulos	-	35.298	42.924	21.074	78.514	177.810	178.077
Obrigações por emissões de Letras de Créditos do Agronegócio - LCA (ii)	-	35.298	41.794	14.659	57.080	148.831	149.473
Obrigações por emissões de Letras de Créditos Imobiliários - LCI (iii)	-	-	-	6.415	21.434	27.849	27.491
Obrigações por emissões de Letras Financeiras (iv)	-	-	1.130	-	-	1.130	1.113
Dívidas subordinadas	-	32.522	-	-	-	32.522	32.054
Dívidas subordinadas elegíveis à capital (v) (nota 28)	-	32.522	-	-	-	32.522	32.054
	6.701	67.820	42.924	21.074	78.514	217.033	216.832

- (i) Repasses do país referem-se a recursos oriundos do Ministério das Cidades e Órgãos Conveniados (Órgãos Públicos Estaduais, Municipais, Distrito Federal e Cooperativas de Habitação), no âmbito do Programa Nacional de Subsídio à Habitação de Interesse Social – PSH;
- (ii) Referem-se a Letras de Crédito do Agronegócio (LCA). A taxa praticada foi entre 100% a 122% do CDI (95% a 122% do CDI em 2020);
- (iii) Referem-se as Letras de Créditos Imobiliários com o acionista majoritário do Banco (nota 28);
- (iv) Referem-se as Letras Financeiras (LF). A taxa praticada foi de 122% do CDI com vencimento em 08/11/2021 (nota 28);
- (v) Referem-se a Letras Financeiras, com cláusulas de subordinação, correspondente aos instrumentos elegíveis ao Nível II autorizados em conformidade com a Resolução nº 4.192/13, com prazo total de 6 anos. A taxa remuneratória desta operação é de 115,00% do CDI.

No semestre findo em 30 de junho de 2021, as despesas com “Recursos de Aceites e emissão de Títulos” foram de R\$ 3.566 (R\$ 2.620 em 30 de junho de 2020). (nota 19 e 28); e as despesas com “Dívidas Subordinadas” foram de R\$ 485 (R\$ 653 em 30 de junho de 2020). (nota 19).

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

17. Outros passivos

a) Fiscais e previdenciárias

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Circulante		
Impostos e contribuições a recolher (i)	8.561	10.148
	<u>8.561</u>	<u>10.148</u>
Não circulante		
Impostos e contribuições a recolher (i)	17.626	19.700
	<u>17.626</u>	<u>19.700</u>
	<u>26.187</u>	<u>29.848</u>

(i) Referem-se, substancialmente, a autos de infração de IRPJ, CSLL e IRRF, no valor de R\$ 24.230 (R\$ 27.599 em 2020), vinculados ao Processo Administrativo nº 16327-721.025/2018-35, lavrados em razão da glosa de despesas que compuseram a base dos referidos tributos. O débito foi objeto de parcelamento em 60 meses formalizado perante a Receita Federal do Brasil, o qual está sendo quitado regularmente.

b) Diversas

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Circulante		
Títulos de cobrança em trânsito	2.206	-
Encargos sobre recursos recebidos – PSH	9	9
Outros valores a pagar	89	190
	<u>2.304</u>	<u>199</u>

18. Patrimônio líquido

a) Capital Social

Em 30 de junho de 2021 o capital social totalmente subscrito e integralizado de R\$ 184.300 (R\$ 184.300 em 31 de dezembro de 2020), é representado por 424.458.216 ações nominativas (424.458.216 em 31 de dezembro de 2020), sem valor nominal, divididas em 212.229.108 (212.229.108 em 31 de dezembro de 2020) ações ordinárias e 212.229.108 (212.229.108 em 31 de dezembro de 2020) ações preferenciais.

b) Dividendos e juros sobre capital próprio

O Estatuto Social estabelece dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício, calculado nos termos da legislação societária. No semestre findo em 30 de junho de 2021, não foram destinados dividendos e juros sobre o capital próprio.

c) Reserva legal

O Banco deve destinar 5% do lucro líquido de cada semestre para a reserva legal, que não poderá exceder a 20% do capital integralizado.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

d) Reserva estatutária

O Banco deve destinar 10% (dez por cento) do lucro líquido para constituição de reserva estatutária, destinada a assegurar adequada margem operacional à Sociedade, até o limite de 100% (cem por cento) do capital social.

O saldo do Lucro Líquido, verificado após as distribuições previstas no Estatuto do Banco, terá a destinação proposta pela Diretoria e homologada pela Assembleia Geral, podendo ser destinado 100% (cem por cento) à Reserva Estatutária de Lucros.

e) Ajuste ao Valor de Mercado de TVM disponíveis para venda

O saldo de ajuste de avaliação patrimonial é de R\$ 496 (R\$ 173 em 2020) e corresponde aos títulos públicos federais disponíveis para venda e cotas de fundos, que são marcados a mercado (nota 6).

f) Lucros acumulados

Conforme Resolução nº 3.605/08, o lucro apurado e não distribuído no exercício, após a destinação da reserva legal, foi destinado à conta de reserva estatutária de lucros. Em 30 de junho de 2021 o lucro auferido no semestre foi de R\$ 1.280 (R\$ 2.186 em 2020).

19. Despesas de captação no mercado

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Depósitos a prazo (nota 14)	18.604	8.526
Captações no mercado aberto (nota 15)	807	12.274
Contribuições ao Fundo Garantidor de Crédito – FGC (nota 14)	707	423
Depósitos interfinanceiros (nota 14)	7	1.333
Letras financeiras (nota 16 e 28)	485	653
Letras de Créditos do Agronegócio – LCA (nota 16 e 28)	2.724	1.436
Letras de Créditos Imobiliários – LCI (nota 16 e 28)	357	531
Variações cambiais de depósitos em moedas estrangeiras (nota 14)	-	3
	<u>23.691</u>	<u>25.179</u>

20. Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias

a) Receitas com prestação de serviços

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Serviços de custódia	898	324
Tarifa de estruturação de operação	299	2.050
Outros serviços	601	170
	<u>1.798</u>	<u>2.544</u>

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

b) Rendas de tarifas bancárias

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Tarifas de transferências de recursos	557	2.026
Rendas de tarifas bancárias	14.906	21.964
Outras tarifas	25	71
	<u>15.488</u>	<u>24.061</u>

21. Despesas de pessoal

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Proventos	9.459	10.276
Encargos sociais	4.292	5.161
Benefícios	2.550	2.590
Honorários	2.869	2.909
Treinamentos	23	37
Remuneração de estagiários	8	22
	<u>19.201</u>	<u>20.995</u>

22. Despesas administrativas

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Transportes de numerários	46	76
Serviços técnicos especializados	4.852	5.354
Processamento de dados	5.579	4.818
Aluguéis	1.304	1.257
Sistema financeiro	653	1.334
Comunicações	332	425
Serviços de terceiros	424	354
Emolumentos cartorários	560	423
Serviços de vigilância e segurança	83	85
Materiais	21	29
Propaganda e publicidade	12	69
Outras	1.095	1.403
	<u>14.961</u>	<u>15.627</u>

23. Despesas com provisões

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Atualizações monetárias de impostos e contribuições (nota 31)	7	10
Contingências - Judiciais e legais (nota 31)	248	6
Provisões para contingências trabalhistas (nota 31)	1.079	887
Reversões de depósitos judiciais	-	36
Despesas do auto de infração da Receita Federal (nota 17a)	1.403	260
Honorários de contingências	11	-
Provisão sobre fianças prestadas	115	59
	<u>2.863</u>	<u>1.258</u>

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

24. Despesas tributárias

	<u>30/6/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Impostos sobre serviços de qualquer natureza - ISSQN	876	1.371
Contribuições ao Cofins	1.531	2.144
Contribuições ao PIS	249	348
Outras	1.456	1.239
	<u>4.112</u>	<u>5.102</u>

25. Outras receitas operacionais

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Rendas de garantias prestadas	244	821
Lucros de cessão de consignados	4.732	-
Variações monetárias ativas	623	793
Juros sobre precatórios do tesouro nacional	7.178	1.007
Cessão de precatórios	-	2.963
Variações monetárias sobre depósitos judiciais	27	38
Recuperação de encargos e despesas	325	299
Reversão de provisão para contingências	-	67
Reversão de provisão para comissão	148	-
Reversão de honorários advocatícios	117	87
Reversão de provisões de processo RFB - Juros	1.154	1.052
Reversão de provisão indedutível	-	313
Variações cambiais de depósitos em moeda estrangeiras	-	16
Outras	3	201
	<u>14.551</u>	<u>7.657</u>

26. Outras despesas operacionais

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Consultorias para operações de crédito	2.618	1.509
Despesas com operações de ouro	-	21
Despesas com recuperações de contratos de CDC	638	632
Cartão pré-pago	-	49
Amortizações e depreciações	467	436
Tarifas interbancárias	32	48
Despesas financeiras - PSH	232	226
Não dedutível - Outras	579	820
Diferimento consignado INSS	1.920	-
Despesas de descontos concedidos em renegociações	-	2.969
Perdas com tarifas	295	822
Outras	597	462
	<u>7.378</u>	<u>7.994</u>

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

27. Imposto de Renda e Contribuição Social

a) Conciliação das despesas das provisões do Imposto de Renda e da Contribuição Social

	30/06/2021	30/06/2020
Resultado antes da tributação sobre lucro e participações	1.610	5.187
(-) Juros sobre capital próprio	-	-
(-) Participação nos lucros	(142)	(243)
Resultado antes da tributação e depois das participações	1.468	4.944
Adições e exclusões	17.521	3.426
Ajuste ao mercado de títulos e valores mobiliários	4.613	1.760
Perdas esperadas com operações de crédito	1.861	1.684
Provisão para riscos fiscais (nota 31 b3)	2.710	(876)
Provisões de processo RFB - Juros (notas 23 e 24)	2.557	-
Outras adições e exclusões temporárias	5.780	858
Adições e exclusões permanentes:	878	1.559
Outras adições e exclusões permanentes	878	1.559
Base de cálculo	19.867	9.929
Imposto de Renda / Contribuição Social	1.560	4.360
Deduções - Incentivos fiscais	-	(60)
Imposto de renda e contribuição social	1.560	4.300
Ativo fiscal diferido	(1.372)	(1.542)
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	188	2.758

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

b) Créditos tributários

As bases de constituição do crédito tributário estão demonstradas abaixo:

	30/06/2021	31/12/2020
Perdas associadas ao risco de crédito e crédito baixados como prejuízo	33.818	33.866
Provisões para contingências (nota 31 b3)	3.884	2.764
Provisões de processo RFB - Juros	6.142	5.893
Ajuste de valor de mercado TVM - Negociação	1.803	3.054
Prejuízo fiscal / Base negativa	31.909	29.898
Demais passivos contingentes	1.017	634
Total dos Créditos Tributários	78.573	76.109
Ajuste de valor de mercado TVM –Disponível para venda (i)	902	317
Total dos Créditos Tributários após ajuste de valor de mercado TVM Disponível para venda	79.475	76.426

(i) Adição de refere-se ao ajuste de valor de mercado dos títulos de valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda, para o qual a valorização ou desvalorização são registrados em conta destacada no patrimônio líquido do Banco, conforme Circular BACEN nº 3.068, de 08 de novembro de 2001.

Os créditos tributários apresentaram as seguintes movimentações no exercício:

	31/12/2019	Constituição	Realização/ Reversão	31/12/2020
Perdas esperadas com operações de crédito (i)	26.544	-	(11.303)	15.241
Provisão para riscos fiscais e contingências	4.854	1.309	(1.983)	4.180
Ajuste de valor a mercado TVM - Negociação	(809)	3.044	(861)	1.374
Prejuízo Fiscal/ Base Negativa	3.390	10.064	-	13.454
Total dos Créditos Tributários	33.979	14.417	(14.147)	34.249

(i) Do saldo de provisão para perdas esperadas, R\$ 11.113 é representado por crédito tributário sobre operações baixadas para prejuízo.

	31/12/2020	Constituição	Realização/ Reversão	30/06/2021
Perdas esperadas com operações de crédito (i)	15.241	-	(22)	15.219
Provisão para riscos fiscais e contingências	4.180	1.410	(621)	4.969
Ajuste de valor a mercado TVM - Negociação	1.374	625	(1.188)	811
Prejuízo Fiscal/ Base Negativa	13.454	905	-	14.359
Total dos Créditos Tributários	34.249	2.940	(1.831)	35.358

(ii) Do saldo de provisão para perdas esperadas, R\$ 22 é representado por crédito tributário sobre operações baixadas para prejuízo.

Os créditos tributários serão compensados dentro do prazo permitido pela Resolução nº 4.842/20. A compensação depende da natureza do crédito gerado. Os créditos tributários de impostos e contribuições foram constituídos somente sobre diferenças temporariamente indedutíveis.

Não existem outros créditos tributários a serem reconhecidos.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

O valor presente dos créditos tributários em 30 de junho de 2021 é de R\$ 25.529 tendo sido utilizadas as taxas do CDI/B3 apuradas para os respectivos períodos. Créditos tributários são avaliados periodicamente, tendo como parâmetro a geração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique a ativação de tais valores.

A Administração, com base nas suas projeções de resultados, que contemplam os desenvolvimentos do plano de negócios, considera que deverá auferir resultados tributáveis, dentro do prazo regulamentar, para absorver os créditos tributários registrados nas demonstrações contábeis. Essa estimativa é periodicamente revisada, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos sejam tempestivamente consideradas nas demonstrações contábeis.

A realização dos créditos tributários está estimada da seguinte forma:

	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	Total
Perdas esperadas com operações de crédito	760	1.522	1.522	1.52	1.52	1.52	1.52	1.52	1.52	2.28	15.219
Provisão para riscos fiscais e para contingências	-	-	1.657	1.65	1.65	-	-	-	-	-	4.969
Ajuste de valor a mercado TVM - Negociação	203	406	202	-	-	-	-	-	-	-	811
Prejuízo fiscal / Base negativa	1.19	3.534	3.710	3.89	2.02	-	-	-	-	-	14.359
Total	2.16	5.462	7.091	7.07	5.19	1.52	1.52	1.52	1.52	2.28	35.358
Valor Presente	2.04	4.774	5.700	5.21	3.51	941	859	785	716	979	25.529

28. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram efetuadas em condições de mercado, no tocante a encargos e prazos, e são compostas por:

	Ativo (passivo)		Receita (despesa)	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Depósitos a prazo	(54.267)	(54.538)	-	(1.361)
Depósitos interfinanceiros	-	-	-	(1.189)
Captações no mercado aberto (nota 15)	-	-	-	(1.082)
Letra financeira - Dívida subordinada (nota 16)	(32.522)	(32.054)	(468)	(631)
Letra de Crédito Imobiliário - LCI (nota 16 e 19)	(27.849)	(27.492)	(357)	(531)
Letra de Créditos Agronegócio - LCA (nota 16 e 19)	(26.824)	(26.209)	(968)	(1.357)
Direitos creditórios sem coobrigação (*)	5.703	-	5.632	-

(*) Cessão de Direitos creditórios com a Paulista - Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. no valor de R\$ 900 e com o BPD Fundo De Investimentos Em Direitos Creditórios Consignados no valor de R\$ 4.732 (nota 8 g).

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

a) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente, quando da realização da Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global anual de remuneração dos Administradores, conforme determina o Estatuto Social do Banco. O Banco incorreu nos seguintes benefícios de curto prazo aos Administradores:

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Remuneração fixa	2.869	2.909
Encargos sociais	646	655
Total	<u>3.515</u>	<u>3.564</u>

O Banco não oferece benefícios de longo prazo, de pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração.

29. Gerenciamento de riscos

Apetite de Risco

A Diretoria é a responsável pela aprovação das diretrizes e limites do apetite de risco, desempenhando suas responsabilidades com o apoio do Comitê de Riscos e Controles e do *Chief Risk Officer* (CRO).

Os limites de apetite de risco são monitorados frequentemente e reportados ao Comitê de Riscos e Controles e a Diretoria que orientaram a tomada de medidas preventivas de forma a garantir que as exposições estejam alinhadas à estratégia do Banco.

Há uma estrutura de gestão e controle dos riscos centralizada e independente das unidades de negócio, que estabelece limites e mecanismos de mitigação de risco, além de estabelecer processos e instrumentos para medir, monitorar e controlar os riscos.

O Banco utiliza três componentes para a organização das atividades relacionadas ao gerenciamento de riscos: contexto operacional e de negócio; estrutura de governança; e organograma funcional das áreas.

- Contexto operacional e de negócio, com o objetivo de identificar, analisar, avaliar, tratar, comunicar e monitorar riscos;
- Estrutura de governança, composta por comitês e fóruns colegiados, especializados e com agenda periódica, com formalização das decisões relevantes; e
- Estrutura organizacional, que tem por base a definição de atribuições específicas, que asseguram segregação e independência de funções.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

O Banco adota um gerenciamento integrado de riscos, das necessidades mínimas de capital e da capacidade financeira da instituição. Os riscos são decompostos segundo sua natureza: de liquidez; de crédito; de mercado; operacional; e gestão de capital.

Tipos de Riscos:

a) Risco de Liquidez

O risco de liquidez tem origem da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. Para fazer frente a este risco, o Banco avalia periodicamente suas exposições e define o volume de 'colchão' de segurança, ou liquidez mínima, que deve ser constituído e mantido pela Instituição.

O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo o provimento de *fundings* e a gestão das aplicações e captações nos horizontes de curto e de longo prazos. No horizonte de curto prazo, é priorizada a diversificação de fontes de captação. No horizonte de longo prazo, é priorizado o casamento temporal entre captações e aplicações. As práticas adotadas estão aderentes aos critérios estabelecidos pela Resolução 4.557/17 do CMN.

b) Risco de Crédito

O risco de crédito tem origem na perda do não cumprimento pelo tomador, emissor ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados. Para fazer frente a este risco, o Banco avalia periodicamente suas exposições e o *rating* de crédito de seus clientes e contrapartes, estabelecendo limites e constituindo garantias para fazer frente e permitir a cobertura das eventuais perdas potenciais pela Instituição.

O gerenciamento do risco de crédito tem por objetivo a prévia avaliação do grau de risco, o acompanhamento da diversificação e a constituição suficiente de garantias, que possibilitem a minimização de perdas financeiras incorridas pela Instituição. As práticas adotadas estão aderentes aos critérios estabelecidos pela Resolução 4.557/17 do CMN.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

c) Risco de Mercado

O risco de mercado tem origem na possibilidade de perdas resultantes de flutuações nos valores de mercado das posições detidas pela instituição financeira. Essas perdas podem ser sujeitas às paridades cambiais, das taxas de juros, dos preços de ações, dos índices de preços e dos preços de mercadorias (*commodities*).

O gerenciamento de riscos busca balancear seus objetivos de negócio, na carteira *Banking* e *Trading*, considerando, dentre outros: conjuntura política, econômica e de mercado, perfil da carteira e a capacidade de atuar em mercados específicos. As práticas adotadas estão aderentes aos critérios estabelecidos pela Resolução 4.557/17 do CMN.

d) Risco Operacional

O risco operacional tem origem em fraudes, internas ou externas, demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho, práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços, danos a ativos físicos próprios ou em uso pela instituição, situações que acarretem a interrupção das atividades da instituição e as falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação. Para fazer frente a este risco, o Banco compila e categoriza periodicamente estes eventos, monitorando a eficácia dos planos de melhoria adotados para minimizar a sua recorrência.

O gerenciamento do risco operacional tem por objetivo a captura organizada de informações sobre as fragilidades nos processos operacionais e a avaliação e a adoção de planos de melhoria correspondentes. As práticas adotadas estão aderentes aos critérios estabelecidos pela Resolução 4.557/17 do CMN.

e) Gestão de Capital

O gerenciamento de capital conta com processo prospectivo para o monitoramento e o controle do capital da Instituição, incluindo o planejamento e a projeção de metas de necessidade de capital, consistentemente com o plano orçamentário e as metas e estratégias comerciais e de negócio, para a cobertura dos riscos decorrentes.

Por capital deve-se entender o conjunto de recursos de longo prazo, próprios e de terceiros, subdividindo-se em Nível I (Capital Principal e Capital Complementar) e Nível II (Instrumentos Híbridos), e que foram enquadrados e autorizados pelo BACEN especificamente para este fim, e que possibilitem a absorção dos riscos e a apuração e a observância dos índices e limites de alavancagem exigidos. As práticas adotadas estão aderentes à Resolução 4.557/17 do CMN.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

f) Análise de sensibilidade

O Banco Paulista realizou análise de sensibilidade por fatores de risco de mercado considerados relevantes, acompanhando os resultados obtidos na apuração de riscos da carteira Bancária.

Como o cálculo é feito de forma seguindo metodologia padronizada pelo Banco Central através do Sistema de Gestão de Riscos Financeiros, não consideram, portanto, a capacidade dinâmica de reação da gestão (tesouraria e áreas de controle) que aciona medidas mitigadoras de riscos, minimizando ao menos parcialmente perdas significativas. Este estudo tem fins exclusivos de gestão de riscos, sendo dissociado das práticas contábeis adotadas.

30. Avais, fianças e garantias concedidas a terceiros

A responsabilidade por avais, fianças e garantias prestadas a terceiros, incluindo as coobrigações sobre créditos cedidos, em 30 de junho de 2021, correspondiam a R\$ 34.471 (R\$ 31.891 em 31 de dezembro de 2020), com provisão constituída para possíveis perdas, no montante de R\$ 1.048 (R\$ 933 em 31 de dezembro de 2020).

31. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

a) Ativos contingentes

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, não existem ativos contingentes contabilizados.

b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais

b.1) Provisões trabalhistas

São compostas, principalmente, por demandas movidas por ex-funcionários com pedidos de horas extras e por ex-funcionários de empresas terceirizadas com pedido de reconhecimento de vínculo empregatício e pagamento das respectivas verbas indenizatórias. Os valores das contingências são provisionados de acordo com as análises individuais do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos. O valor indicado como risco provável de perda com estimativa confiável é provisionado integralmente e acrescido de encargos.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

b.2) Provisões cíveis

São compostas, principalmente, por processos cíveis relacionados às operações de CDC sendo danos morais e patrimoniais e outros processos com pedidos condenatórios. Para os processos relacionados a operações de CDC, cujos valores não são individualmente relevantes, o provisionamento é efetuado com base na média histórica de perdas relativas aos processos encerrados. A média histórica de perdas é revisada a cada seis meses. Para os demais processos cíveis, são efetuadas análises individuais do valor potencial de perda considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer dos consultores jurídicos externos.

b.3) Provisões fiscais e previdenciárias

As provisões para processos fiscais e previdenciários são representadas por processos judiciais e administrativos, substancialmente, representado pela Emenda Constitucional 10/96, que visa assegurar (i) o direito ao recolhimento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) calculada à mesma alíquota aplicável as demais empresas não pertencentes ao seguimento financeiro; e (ii) afastar a exigência da CSLL sobre os lucros calculada à alíquota de 30% no período compreendido entre 01/01/1996 e 07/06/1996, durante o qual a empresa calculou e recolheu a CSLL à alíquota de 18% com base na Lei nº 9.249/95.

As movimentações das provisões para contingências e obrigações legais, ocorridas no semestre e exercício, estão a seguir apresentadas:

Provisões para contingências

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	30/06/2021	31/12/2020
Saldo no início do semestre/exercício	315	1.233	1.217	2.765	3.417
Constituições	1.079	183	7	1.269	1.074
Realizações	(65)	(44)	-	(109)	(254)
Atualizações (nota 23)	65	-	-	65	15
Reversões	-	(117)	-	(117)	(1.643)
Honorários	-	11	-	11	156
Saldo no final do semestre/exercício	1.394	1.266	1.224	3.884	2.765

Depósitos judiciais

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Outros	30/06/2021	31/12/2020
	s			s	1	0
Saldo no início do semestre/exercício		2.46	4.34			5.993
	1.078	9	9	598	8.494	
Atualizações	-	-	27	-	27	70
Constituições	566	1	-	16	583	2.518
Reversões	-	(65)	-	-	(65)	(56)
Levantamentos	-	(2)	-	(7)	(9)	(31)
Saldo no final do semestre/exercício	1.644	2.40	4.37	607	9.030	8.494

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

Em 30 de junho de 2021 as contingências passivas classificadas como perdas possíveis estão representadas por 113 processos (22 processos em 2020) de natureza cível que somam R\$ 5.868 (R\$ 4.161 em 2020), 32 processos (30 processos em 2020) de natureza trabalhista que somam R\$ 6.539 (R\$ 6.357 em 2020) e 3 processos (3 processos em 2020) de natureza fiscal que somam R\$ 479 (R\$ 479 em 2020), todos com base nos valores atribuídos aos respectivos processos pelas partes reclamantes (que não representam, necessariamente, o valor de uma possível perda) e estão representados, substancialmente, pelos seguintes processos:

- Ações revisionais de cláusulas de contratos de empréstimos e financiamentos;
- Ações indenizatórias, decorrentes da realização de operações financeiras;
- Ações trabalhistas.

Além dos processos citados acima, em dezembro de 2019, a Receita Federal lavrou Auto de Infração relativo à glosa de despesas administrativas na apuração de IRPJ, CSLL e IRRF no montante de R\$ 32.761, as quais foram avaliadas com probabilidade de perda possível pelos assessores jurídicos do Banco.

No mesmo Auto, a fiscalização também glosou despesas no montante R\$ 62.413, para as quais a avaliação de probabilidade de perda é remota, amparada por dois pareceres de assessores jurídicos, bem como pelo resultado da investigação independente descrita na nota explicativa 2.c, que não identificou irregularidades para estas despesas. Para ambos os casos, houve ingresso com processo de impugnação pelo Banco.

d) Órgãos reguladores

O processo administrativo, aberto em 13 de abril de 2018, foi julgado em 03 de agosto de 2020, sendo que o Banco Central após o encerramento desse processo decidiu pela aplicação de multa no valor total de R\$ 9.753, tendo o Banco ingressado com recurso, cuja avaliação da probabilidade de perda dada pelos advogados que patrocinam a causa é possível, mas não sendo possível determinar se uma provisão será requerida.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

32. Limites operacionais

O índice da Basileia, para a data-base de 30 de junho de 2021, apurado de acordo com o estabelecido na Resolução nº 2.099/94, com as alterações introduzidas pelas Resoluções nº 4.192/13 e 4.193/13, é de 11% para o Conglomerado Financeiro.

Conforme Resolução nº 4.193/13 Artigo 4º, o requerimento mínimo de patrimônio de referência é de 8%, a partir de 2019.

O Patrimônio de Referência Exigido – PRE, obtido de acordo com os normativos em vigor, está demonstrado a seguir:

RWA e Índice Basileia	30/06/2021	31/12/2020
PR	159.809	158.444
PR nível I	159.809	158.444
Capital Principal	159.809	158.444
PR nível II		-
RWA Cpad – Crédito	952.747	848.080
RWA Cam – Câmbio	16.635	17.235
RWA Trading - Juros, Commodities, Ações	269	12.063
RWA Opad – Operacional	483.538	592.465
RWA – Total	1.453.189	1.469.843
PR Mínimo	116.255	117.587
Índice de Basileia (PR / RWA Total)	11,00%	10,78%
Índice Nível I (PR nível I / RWA Total)	11,00%	10,78%
Índice Capital Principal (CP / RWA Total)	11,00%	10,78%

O Banco encontra-se enquadrado nos requerimentos estabelecidos.

33. Prestação de outros serviços e política de independência do auditor

O Banco, em atendimento à Resolução nº 3.198 do Conselho Monetário Nacional (CMN), não contratou serviços da Grant Thornton Auditores Independentes relacionados ao Banco, além dos serviços de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes que, principalmente, determinam que o auditor não deva auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover seus interesses.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

34. Outras informações

a) Resultados não recorrentes

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
<u>Lucro Líquido do semestre</u>	1.280	2.186
<u>(-) Resultado não recorrente</u>		
Desligamentos (reestruturação do Banco)	(716)	(2.050)
Processo investigativo	(104)	(1.072)
Advogados	(2.570)	(635)
Ajustes Operação com ouro	-	4.276
Efeitos tributários	1.091	233
Total resultado não recorrente	(2.299)	752
<u>Lucro Líquido Recorrente</u>	<u>3.579</u>	<u>1.434</u>

b) Efeito do Coronavírus nas demonstrações contábeis

O Banco, em atenção às orientações governamentais e principalmente órgãos de saúde, vem adotando as medidas necessárias para apoiar a prevenção da COVID-19.

Para isso, tem intensificado a comunicação para a conscientização de todos os colaboradores e adotado medidas administrativas como, por exemplo, flexibilização do horário de trabalho, sistema home office e reuniões não presenciais.

A Administração não identificou nenhuma alteração significativa no seu processo operacional, haja vista que continua operando normalmente.

Também não foi verificado até o momento, picos de inadimplência na sua carteira de crédito, bem como os níveis de captação junto ao mercado continuam evoluindo, o que proporciona um excelente nível de liquidez, o que foi possível ser verificado até a publicação destas demonstrações contábeis.

A administração segue gerenciando eventuais novos desdobramentos decorrentes de tal pandemia, atuando de forma tempestiva para mitigar os seus efeitos.

c) Alterações estatutárias

Não houve alteração societária durante o semestre findo em 30 de junho de 2021.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

d) Eventos subsequentes

O Banco, em 30 de junho de 2021, possuía 250.000 quotas da Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP), sendo que em 21 de junho de 2021 a CIP comunicou às demais associadas a intenção do Banco em vender 249.900 quotas.

Conforme regimento da CIP, as associadas tiveram o prazo de 30 dias para manifestar o interesse na aquisição.

Decorrido esse prazo, 13 (treze) associadas manifestaram a opção de compra, processo esse que, também conforme regulamento da CIP, será encerrado em 23 de agosto de 2021, momento em que o Banco remanescerá com as 100 quotas representativas do capital da CIP.

O Valor total da alienação foi de R\$ 8.029 mil.

Marcelo de Toledo Guimarães
Diretor Presidente

Marcelo Chacon Ruiz
Diretor

Ana Cristina Alves Afonso
CRC 1SP234300/O-5